

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. ZÉ VITOR)

Requer seja convocada Audiência Pública para debater o uso do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de Audiência Pública para discussão do uso do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

Solicitamos convidar os seguintes representantes:

1. Presidente da Telebras, Sr. Waldemar Gonçalves;
2. Ministério da Defesa (MD);
3. Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM) do Tribunal de Contas da União (TCU);
4. Secretaria de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC);
5. Associação Brasileira das Empresas de Telecomunicações por Satélite – ABRASAT.

JUSTIFICAÇÃO

O lançamento do SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas) deve ser celebrado como um marco na tecnologia nacional. De uso civil e militar, o satélite cobre todo o território nacional e possui tecnologia especialmente desenvolvida para a conexão à internet em

alta velocidade. Informações veiculadas dão conta de que sua capacidade de tráfego para aplicações civis é de até 58 GBps, o que permitiria a conexão de até 50 mil de pontos de acesso à internet. E o mais importante, todas essas conexões poderiam ser utilizadas em locais de pouco ou nenhum acesso à internet. Sem dúvida, um retorno mais do que necessário para os mais de R\$ 2,7 bilhões que foram investidos no programa.

Em que pese celebremos o lançamento e entrada em operação do satélite, destaque-se, com grande participação de empresas, profissionais e conhecimentos nacionais, o seu uso civil, a chamada banda Ka, está comprometido por problemas jurídicos. Pelo desenho dado pela Telebras, haveria a contratação de uma única empresa responsável pela comercialização da capacidade de tráfego do satélite junto aos usuários e é exatamente essa contratação que foi questionada.

É imperativo conhecermos qual o real andamento da contratação e de demais medidas associadas à utilização do satélite. É preciso que sejam melhor detalhadas as medidas que estão sendo tomadas para acelerar o processo de inclusão digital mediante o uso do satélite, bem como ter informações que possibilitem atestar a aderência do modelo adotado às necessidades brasileiras de conectividade.

Por esses motivos e por considerarmos que a conexão à internet é uma necessidade ainda premente para grande parte da população, solicitamos esta Audiência Pública. Mediante as exposições, entenderemos o andamento tanto das aplicações militares, quanto das civis, e os posicionamentos do órgão de controle, do ministério afeito à inclusão digital, como do setor empresarial. Com essa compreensão poderemos contribuir, esperamos, com atividades parlamentares atinentes ao assunto.

Pelos motivos expostos, peço o apoio dos nobres Pares.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado ZÉ VITOR